

O BIBLIOTECÁRIO E O MERCADO DA DOCUMENTAÇÃO POPULAR : CPDCs

THE LIBRARIAN AND THE MARKET OF POPULAR DOCUMENTATION: CPDCs

Luciana Moreira **Carvalho**¹

Resumo

Analisa os fatores que contribuem para a ausência do bibliotecário nos CPDCs. Recorre ao método de estudo de caso, mediante a escolha prévia de centros a serem pesquisados. A realização de entrevistas e a análise dos dados permitem inferir que a principal barreira encontrada pelo bibliotecário em relação ao mercado da documentação popular decorre, basicamente, da sua formação, que privilegia o tecnicismo em detrimento de um conhecimento contextualizado, necessário para a adequação a novos mercados.

Palavras-Chave

**CENTROS POPULARES DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CPDCs
BIBLIOTECÁRIO**

Os *Centros Populares de Documentação e Comunicação* (CPDC's) têm sido tema de vários estudos, sobretudo pela forma de disseminar a informação/comunicação aos setores populares. Suas origens estão nos movimentos sociais, onde a luta pelo direito à cidadania, tem como base a busca pelo direito à informação, sendo este um dos meios de se alcançar a igualdade democrática. Os CPDC's são responsáveis pela reunião, organização e disseminação de informações geradas pelos e para os setores populares, visando seu desenvolvimento. Dentro desse contexto, a documentação e a comunicação são percebidas como áreas importantes na estrutura dos CPDC's, utilizando a informação como o fio condutor de todo processo.

Temas como documentação, comunicação e informação estão aliados à figura do bibliotecário, pois parte-se do princípio de que o objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, possibilitando-lhe inúmeras atuações no mercado. No entanto, pesquisas recentes que tratam de "Centros Populares de Documentação", a exemplo de Rocha (1990) e Abath, Rios, Melo (1995), constataram que nos quadros dos CPDC's não existe bibliotecário.

Surge como problemática a ser investigada, a ausência do bibliotecário nos CPDC's, uma vez que os mesmos possuem documentação e disseminam informação. Questiona-se portanto se é viável um centro de documentação não contar com um bibliotecário para lidar diretamente com a documentação e dar-lhe o tratamento adequado.

¹ Professora do Departamento de Biblioteconomia da *Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (UFRN) Mestre em Biblioteconomia.

Para tanto, é preciso analisar os fatores que contribuem para determinar a ausência do bibliotecário nas atividades dos CPDC's, identificando como é tratada a informação nesses Centros e averiguando a relação entre a formação do bibliotecário e a perspectiva de sua atuação nos CPDC's.

ONGs, CPDCs E INFORMAÇÃO

Em meados dos anos 60, através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Governo fecha o Congresso e estabelece a ditadura militar no país. Nesse período, o povo fica privado de muitos de seus direitos de cidadãos e aqueles que questionavam a forma vigente de poder, eram duramente reprimidos em nome da segurança nacional. Foi assim, em meio a tantos conflitos entre o estado e a sociedade civil, que parcelas da população buscaram *“formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder”* (Festa, 1986). Pode-se verificar portanto, que são os conflitos de interesse entre classes sociais, que provocam o surgimento dos movimentos sociais, sabendo-se que o *“núcleo inicial de um movimento social é sempre um de nós”*. (Pinto, 1992). Movimentos sociais conceitua-se como *“toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto (...) independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta”* (Sherer-Warren, 1993).

A globalização da economia, o neoliberalismo e a séria crise econômica por que atravessa o país, desde o final da década de 80 e início da década de 90, fizeram com que os movimentos entrassem em crise. Aliado a isso, a crise nos movimentos sociais se deu pela falta de desenvolvimentos de *“ projetos políticos próprios, independentes e autônomos”*. Gohn (1994). A partir dessa crise, abre-se um espaço para as *Organizações Não Governamentais* (ONGs), cuja função principal era de assessorar os movimentos populares. E aos poucos, essas ONGs que eram bem estruturadas, foram ocupando o lugar dos movimentos, deixando de ser apenas instrumento de assessoria a estes. Diferente da opinião de Gohn (1994) em relação ao surgimento das ONGs, Oliveira (1993) afirma que foi no vácuo entre a repressão aos movimentos sociais e a mobilização em favor do Estado, que as ONGs começaram a se destacar no cenário político e social brasileiro. Elas podem ser definidas como sendo instituições privadas, com funções públicas e sem fins lucrativos. Para Landim (1993) elas existem basicamente *“para servir a grupos e movimentos sociais exteriores a elas”*, com uma conotação nitidamente política e não jurídica.

No Brasil, as ONGs têm um objetivo comum: construção da cidadania definida por Araújo (1992) como sendo *“o conjunto de direitos e deveres do indivíduo no contexto da sociedade”*. De acordo com Fernandes (1994), *“...os direitos da cidadania são essenciais para a própria existência do setor, pois sem eles não se sustenta a autonomia das Organizações Não Governamentais”*. Para que a cidadania se torne uma prática sistemática e um hábito entre os membros da sociedade, é de suma importância a questão da circulação de informação; seja através de escola, dos meios de comunicação, das associações, dos centros de informação, etc. A informação assume então a categoria de *“direito-síntese”* dos direitos do homem, formadores de sua cidadania.

De acordo com Araújo (1992), a informação é considerada matéria-prima e produto, no processo de produção do conhecimento, pois é utilizada em todos os momentos desse processo. A informação que já foi considerada um *“bem livre”*, hoje é valiosa, não só pelo seu *“valor de uso”*, mas sobretudo pelo seu *“valor de troca”*.

As diferenças sociais no Brasil são tantas, que existem “*micronações isoladas por suas diferenças*” (Barreto, 1994), o que faz com que a informação seja distribuída de acordo com os diferentes grupos sociais. A distribuição de informação para esses grupos, seguem três estratégias: a **primeira** voltada para um grupo de receptores homogêneos, onde a informação é transferida em pequena quantidade, visando atingir um grande número de receptores; a **segunda**, procurando detectar iguais necessidades e interesses de informação direcionados a grupos específicos de receptores; e a **terceira** estratégia voltada a uma “elite informacional”, onde há um grande acesso à informação para uma pequena parcela de receptores. Harris (1992) denomina este processo de capacitação de informação, a qual se refere a capacidade de um indivíduo, grupo ou organização adquirir e usar a informação para seus próprios fins. Segundo o autor muitas pessoas têm dificuldades em reconhecer que necessitam de informação.

É nessa busca da cidadania através da informação, que as ONGs desenvolvem importante papel. Dentro desse contexto, estão os *Centros Populares de Documentação e Comunicação*, que disseminam a informação com a finalidade de esclarecer a sociedade, diminuindo assim, as diferenças existentes. Os CPDC’s são definidos por Andrade (1989) como sendo,

“...instituições que têm como objetivo reunir e organizar as produções documentais originárias dos setores populares (movimentos, grupos, associações), além de também produzir e/ou reunir e organizar informações sobre e para estes setores, visando a sua ampla comunicação, dentro de uma perspectiva de transformação das estruturas de dominação”

E, ainda segundo a autora, utilizam uma maneira peculiar de processar a informação, visto que ela é coletada (dos próprios movimentos e das lutas), organizada e devolvida à população (no sentido de repasse da informação/documentação). A documentação passa a ser um processo dinâmico (a informação vai até o usuário), e não estático (o usuário vai até a informação), como acontece num centro de documentação convencional.

Um fato a ser destacado é que nos CPDC’s não se encontram profissionais bibliotecários realizando o tratamento da informação. De acordo com Rocha (1990) “*O movimento de documentação popular emergiu e se consolidou sem a participação de bibliotecários e documentalistas, constituindo-se em movimento à margem dessa categoria profissional*”. Como então atuar no mercado alternativo, se toda formação adquirida nas universidades, é voltada para o mercado tradicional?

BIBLIOTECÁRIO: UM OLHAR CRÍTICO DA SUA REALIDADE

O bibliotecário ao por em prática os ensinamentos da Academia, necessita se adaptar ao ambiente. Considerando que as realidades e necessidades são diversas, é imprescindível, portanto, o uso da flexibilidade e da criatividade. Percebe-se assim a importância da adaptação das técnicas biblioteconômicas às necessidades do ambiente.

A esse respeito Souza (1995, p.9), verificou que a formação acadêmica do bibliotecário segue “...um único modo, sob um único currículo, como se a realidade fosse a mesma”. Baseado em pesquisa realizada, o mesmo autor aponta que o ensino de Biblioteconomia divide-se claramente em duas vertentes: 1) voltada para a organização documental (o lado técnico do curso) e 2) centrada no indivíduo; este visto como objeto de ação da Biblioteconomia.

De acordo com a primeira vertente, a satisfação de todas as operações técnicas (catalogação, classificação, etc) significa o cumprimento do dever do profissional bibliotecário para a sociedade; o usuário em si torna-se uma figura de pouca importância no processo de organização da biblioteca. Já a segunda vertente, valoriza muito a relação bibliotecário/usuário/biblioteca, entendendo que o ciclo não se fecha apenas com a “transação” do livro pelo usuário, através da biblioteca; pois o que é mais interessante, é a circulação da informação contida em diferentes suportes (artigos, panfletos, folhetos, capítulos de livros, música, fotos, slides, etc), e não necessariamente em livros.

Dentro desse contexto, Milanese (1983, p.6) afirma que “*é o bibliotecário que deve ser público e não o público que deve ser bibliotecário*”; e ainda que, deve haver uma desordem, no sentido de “*esquecer a biblioteca idealizada nos escaninhos dos cérebros emperrados e pensar no público em si*”. O ideal é a compatibilidade das duas vertentes, em função da satisfação do usuário e da ampliação do campo de ação do bibliotecário.

Há, portanto, um forte discurso que enfatiza o indivíduo (usuário) como prioridade, enquanto que na prática, a prioridade se volta à organização de documentos. O bibliotecário segue assim desenvolvendo seu trabalho, “...como mera intervenção técnica na realidade concreta, resultante direta e inquestionada da formação acadêmica que recebeu” (Souza, 1995, p.9).

Essa formação acadêmica norteia o desempenho do profissional, que se utiliza de sistemas padronizados universalmente, para que haja uma uniformidade na organização de materiais informacionais. A esse respeito, Gonzaga (1982, p.14) faz uma crítica aos sistemas desenvolvidos pelos bibliotecários, que são caracterizados “*pela superabundância de dados e informações irrelevantes*”, comentando ainda que o bibliotecário deve se reposicionar profissionalmente, no sentido de aumentar sua sensibilidade e capacidade de aprender, para assim perceber as mudanças que ocorrem ao seu redor.

O isolacionismo do bibliotecário, é outro ponto a ser comentado. Pimentel (1985, p.35) enfoca que este é um fato, de certo modo, até comum na relação bibliotecário-biblioteca, ilustrando da seguinte forma:

“O bibliotecário se fecha na sua biblioteca, trabalha quase em segredo, improvisa-se num ‘sabe-tudo’. Solitário, percebe que os seus dons se transformaram em obstáculos para suas percepções. O seu conhecimento se cristalizou como única verdade, fez dogmas das conclusões parciais e sua verdade impede a compreensão do processo vital de mudança”.

A autora aponta, como saída, o exercício da criatividade, aliado ao conhecimento científico atualizado, indicando ainda, que o bibliotecário deve ser ousado nas suas atitudes, sem medo de correr riscos, pois “*o preço do medo de errar é o imobilismo a curto prazo, o anacronismo a médio prazo e a morte a longo prazo.*” (Pimentel 1985, p.41).

Smit (1983), já fazia uma crítica (ou uma previsão!) em relação à atitude do bibliotecário e sua profissão, no sentido de que há uma característica de suicídio da profissão, provocada pelo pouco valor, comodismo e falta de interesse em mudar a imagem do bibliotecário processador de livros, para um bibliotecário difusor da informação. Uma vez que o caminho mais fácil é sempre o de colocar a culpa num elemento externo, que pode ser a situação econômica, a formação, os baixos salários e a pouca importância em relação aos elementos culturais. Almeida Júnior (1993, p.8) atribui ao bibliotecário “*a arte de não participar*” do desenvolvimento e evolução da biblioteconomia e da classe bibliotecária, decorrente de fatores como: complexo de inferioridade do bibliotecário em relação a outros profissionais liberais; pouca importância dada à informação; falta de reconhecimento da sua função social; uso excessivo da técnica e falta de percepção de agente transformador da sociedade. Une-se a isso, também, a falta de participação dos bibliotecários em relação às mudanças político-sociais e econômicas que ocorrem no país.

A literatura sobre mercado de trabalho aponta para o enfoque técnico dado à maioria dos cursos de Biblioteconomia. Vieira (1983a, p.82) afirma que “*o tecnicismo impera como valor da formação profissional [...] e do próprio exercício da atividade bibliotecária*”. O bibliotecário se restringe ao tratamento de suportes materiais da informação, para fins de arquivamento, esquecendo de utilizar a informação de uma maneira mais dinâmica, voltada à transformação social. Já Tálamo (1993, p.66) comenta que a dicotomia

“ formação técnica/formação humanística, acompanha o ensino de biblioteconomia desde a sua origem...e na prática os processos de aprendizagem reduzem-se apenas ao fazer pelo fazer, isto é, a uma reprodução automática de procedimentos biblioteconômicos e documentários”.

Vê-se portanto, que a idéia do tecnicismo está sempre presente nas discussões que envolvem o tema do bibliotecário. Souza, F.(1996, p.178) enfatiza que a técnica aprendida na academia, deve servir de meio para alcançar um fim determinado, servindo portanto, de instrumento para o alcance desse fim. Porém os profissionais da área, muitas vezes, colocam a técnica como “*um fim em si mesma*”. Sendo assim, segundo Nascimento (1989), o tecnicismo que é privilegiado na formação acadêmica, faz com que o bibliotecário leve sua atuação prática a ser um ato “*mecanicista, a-político, neutro, sem que ele se dê conta desse fato...*”

O 14º Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina (1995), tendo como tema central Capacitação Profissional para o próximo milênio, concluiu que, para o profissional estar apto para o futuro, deve considerar questões em relação ao seguinte:

- “*...a mudança dos currículos dos Cursos de Biblioteconomia, faz-se necessária frente à nova realidade da sociedade, do contrário a profissão estará condenada ao desaparecimento;*
- *O tecnicismo se reduzirá dando lugar mais amplo ao saber humanístico, aproximando o bibliotecário de seu público alvo.*” (Souza,F., 1996, p.3).

O bibliotecário poderá, assim, aprimorar sua bagagem de conhecimentos, instrumentando-se, para que possa trabalhar com realidades e públicos distintos já que, o objetivo geral do curso seria, dentre outros, de formar profissionais de acordo com a realidade:

“preparados para o atendimento dos utilizadores de quaisquer sistemas e/ou serviços de documentação e/ou informação que, por suas atividades, dependam de conhecimentos e/ou informação em quaisquer campos do saber e registradas por quaisquer processos em quaisquer tipos de suportes.”
(Souza,F., 1996, p.4)

Há uma tendência de atribuir atualmente ao bibliotecário, o título genérico de Profissional da Informação o qual pode ser conceituado como aqueles *“diretamente envolvidos nas atividades de informação destinadas aos usuários”* (Motta, 1994, p.13); sem contudo estabelecer a necessidade da existência do espaço físico específico para esse fim, a exemplo da biblioteca, que pode ser desinstitucionalizada. A desinstitucionalização é um processo que prevê menor rigidez burocrática, onde as partes que o integram são voltadas mais para os fins (que são os usuários), do que para os meios. A ênfase recai desse modo no cumprimento dos objetivos de forma mais rápida e menos burocrática. (Martin, 1989)

Esses profissionais devem, de acordo com Motta (1994, p.14), se dedicar às atividades de informação em tempo integral; possuir educação universitária ou experiência de trabalho equivalente e dispender pelo menos metade do tempo na organização ou no processamento da informação destinada a terceiros. Sendo, os bibliotecários responsáveis especificamente pela preparação, busca e administração de operações de informação, programas e serviços para os usuários.

Através do Seminário Novos Rumos para a Profissão Bibliotecária, destinado a alunos do sexto período de graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Vieira (1983b, p.178), procurou mostrar as possibilidades de atuação do bibliotecário no mercado de trabalho, lembrando sempre que, *“...o campo potencial de trabalho do bibliotecário vai muito além dos limites da biblioteca, uma vez que esse profissional domina as metodologias de tratamento manual e mecânico da informação e documentos de qualquer natureza...”*

Cabe ao bibliotecário, refletir sobre a ampliação das possibilidades de atuação profissional e buscar, principalmente na criatividade, na avaliação e na atualização dos seus conhecimentos, os caminhos para chegar a novos mercados. O bibliotecário deve, então, conscientizar-se de que *“...o objeto de sua profissão é a informação e que ele tem um papel de catalisador/difusor do conhecimento dentro da sociedade”* (Vieira, 1983a, p.82).

METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa desenvolvida, teve como objetivo geral analisar os fatores que contribuem para determinar a ausência do bibliotecário nas atividades dos Centros

Populares de Documentação e Comunicação. Por isso, adotou uma abordagem qualitativa que, segundo Chizzotti (1995, p.89), tem a finalidade de “*intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa*”.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que “*permite ao pesquisador se concentrar num caso específico ou situação e identificar (...) os vários processos interativos do trabalho*” (Bell, 1993, p.9). Deste modo, em todos os momentos, sujeito e objeto interagiram em torno da situação analisada, onde as informações transmitidas por cada informante e suas experiências dentro do contexto em estudo, assumiram extrema importância para o pesquisador, uma vez que o ponto de vista de cada um foi considerado relevante, servindo ainda de subsídio para a etapa de análise e interpretação dos dados.

Escolha dos Centros

Foram realizadas entrevistas nos centros: *SOS Corpo, Gênero e Cidadania, Centro de Documentação Dom Helder Câmara (CENDHEC) e o Centro Nordestino de Animação Popular (CENAP)*, localizados em Recife, e *Centro de Cultura Luiz Freire* localizado em Olinda. A escolha recaiu sobre estes Centros, levando-se em consideração os seguintes fatores: a) são representativos na sociedade; b) possuem setor de documentação; c) utilizam técnicas da biblioteconomia; d) lidam com usuários; e) estão ligados em rede.

Além dos critérios supracitados, outro fator muito significativo para a escolha desses centros, é a participação deles, no programa *Sistema de Documentação e Informação/ Referências Bibliográficas (SDI/RB)*, cujo objetivo é facilitar a busca e organização de referências bibliográficas, que indicam a localização exata do documento por parte do usuário, constituindo assim, num grupo com forte estrutura, dinamicidade e representatividade na sociedade.

Fases da pesquisa

a) A primeira fase se constitui da pesquisa bibliográfica, onde se buscou através de revisão da literatura, abranger aspectos que mostrassem a situação geral dos debates sobre o tema abordado. As fontes mais utilizadas foram: textos, livros, relatórios e artigos, além de material colhido nos próprios Centros, que possibilitaram um conhecimento mais aprofundado sobre questões que permeiam o tema em estudo.

b) Na Segunda, foram feitas visitas aos Centros selecionados, para, através da observação direta, possibilitar a escolha do melhor método de coleta de dados, tendo sempre em vista que este deve visualizar o trabalho como um todo, “*a fim de que se possa saber que dados são, de fato, relevantes ao tema...*” (Leite, 1978, p.19).

Concluída esta etapa, optou-se então, pela entrevista semi-estruturada, por constituir-se num instrumento básico de coleta de dados, que possibilita abordar questões, opiniões e pontos de vista dos entrevistados, com um maior aprofundamento em relação aos temas estudados. Foram feitas ainda, fotografias, anotações de campo, com a descrição de cada Centro pesquisado, o que funcionou como mais um instrumento de coleta de dados. Assim, foram realizadas 7 entrevistas, nas quais todos os entrevistados estão ligados

ao setor de documentação dos Centros, exercendo a função de **documentalistas** apesar de nenhum deles ter formação na área de biblioteconomia. Destes, um dos informantes do CCLF passou a assumir outra função no próprio Centro, o que não impediu de o incluirmos na lista dos entrevistados, devido a sua grande experiência com a documentação popular.

CONCLUSÕES

Partindo do objetivo de analisar os fatores que contribuem para determinar a ausência do bibliotecário nas atividades dos CPDCs, pode-se elencar algumas conclusões:

A flexibilidade, criatividade e inovação são características dos integrantes dos CPDCs, no desenvolvimento de suas atividades. O bibliotecário por sua vez, encontra-se preso às normas, regulamentos e códigos, em consonância com sua formação acadêmica, em que predomina a ênfase nas técnicas bibliotecárias, sem uma contextualização e conscientização de como essas técnicas poderiam se adequar às distintas realidades, como comprovado no estudo de Souza (1996) no qual menciona que muitas vezes o bibliotecário utiliza a técnica como “*um fim em si mesma*”.

Nos CPDCs há uma avaliação da informação gerada pelo Centro e adquirida pelo usuário, sendo, portanto, o *feedback* um fator muito importante para avaliar o impacto das informações sobre os usuários, que as transformam em novas informações úteis nas suas lutas. Teoricamente, a avaliação é um dos elementos que compõem o processo de planejamento de bibliotecas; entretanto, na prática, isto não é realizado.

A falta de leitura que leva a uma deficiência da reflexão e discussão política da classe bibliotecária, é apontada como um fator negativo na formação do profissional bibliotecário, inibindo sua atuação nos CPDCs.

Há resistência dos *documentalistas* dos CPDCs em relação ao bibliotecário, e choque entre o conhecimento acadêmico (formal) do bibliotecário e o conhecimento informal dos *documentalistas*. Os *Centros Populares de Documentação e Comunicação* podem ser considerados como um mercado potencialmente aberto ao bibliotecário, entretanto a perspectiva de atuação nesses Centros, dependerá de uma reavaliação na sua formação acadêmica, atentando que existem inúmeros campos onde o bibliotecário, como um profissional da informação, pode e deve atuar.

Urge que o bibliotecário perceba que seu mercado mudou, avançou e que ele deve acompanhar essa mudança para se manter tanto no mercado tradicional das bibliotecas públicas como ter oportunidade no mercado alternativo, a exemplo dos CPDCs. A formação do bibliotecário precisa ser um reflexo das necessidades da sociedade, devendo haver uma valorização maior da disseminação da informação e comunicação à sociedade, em substituição à idéia de supervalorização das técnicas de organização da informação. Essa idéia deve começar a ser disseminada na consciência das pessoas que fazem a Biblioteconomia e que ensinam pessoas diversas a se tornarem bibliotecários e divulgadores de informação, uma vez que “*quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos.*” (Freire, 1980, p.28)

Deve-se ter sempre em vista que o exercício da cidadania está vinculado ao livre acesso à informação e que a “*prática da documentação não é independente de outras práticas sociais que se destinam ao mesmo objetivo.*” (Memória, 1984, p.10).

Abstract

Analyses the factors which contribute to the absence of the librarian in CPDCs. It employs the case study method for the investigation of previously chosen centres. Based on interviews and analysis of the data it is possible to infer that the principal barrier the librarian encounters with relation to the market of popular documentation arises basically from his training which privileges technicism in detriment to a contextualised understanding essential for his insertion in the new markets.

Keywords

**POPULAR CENTRES OF DOCUMENTATION AND COMMUNICATION
CPDCs
LIBRARIAN**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATH, Rachel J., RIOS, Gilvando S. L., MELO, Denise G. P. de. *Intercâmbio em Centros de Documentação e Comunicação Popular (CPDC's) no Brasil*: um estudo de caso da Região Nordeste. João Pessoa: [s. n.], 1995. Relatório de Pesquisa.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Da arte de não participar. *Palavra-Chave*, n.5, p.8-9, 1993.
- ANDRADE, A. M. C. de. *Um novo texto no contexto da informação popular*: os centros de documentação e comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. Tese. (Doutorado em Comunicação).
- ARAÚJO, Eliany A. de. Informação, cidadania, sociedade. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.2, n.1, p.67-77, 1992.
- BARRETO, Aldo de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.4, p.3-8, 1994.
- BELL, J. *Doing you research project*. 2. ed. Buckingham: Open University, 1993. 176p.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público*: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume, 1994. 156p.
- FESTA, Regina, SILVA, C.E.L. da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. 266p.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização*: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980. 102p.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117p.
- GONZAGA, Maria Alice P. Bibliotecário: uma visão crítica do profissional. *Palavra-Chave*, n.2, p.14, 1982.
- HARRIS, Kevin. Freedom of access to information. In: KINNELL, M. (Org.). *Informing communities*. London: The Library Association, 1992. 313p. p.41-59
- LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do estado?* filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser, 1993. 86p.

- LEITE, José Alfredo A. *Metodologia de elaboração de teses*. São Paulo: McGraw-Hill, 1978. 122p.
- MARTIN, William J. *Community librarianship: changing the face of public libraries*. London: Clive Bingley, 1989. 195p.
- MEMÓRIA: centros de documentação alternativos: algumas questões. 2. ed. Rio de Janeiro: CEDI, v.1, n.7, out. 1984. Circulação interna.
- MILANESI, Luís. Forma/formação/fôrma do bibliotecário. *Palavra-Chave*, n.3, p.3-9, 1983.
- MOTTA, Maria E. F. *Os profissionais da informação, funções e títulos*. Brasília: Thesaurus, 1994. 26p.
- NASCIMENTO, Maria A. R. do. *O tecnicismo e a biblioteconomia brasileira: análise da ideologia contida em normas, códigos e regulamentos da biblioteconomia*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1989. 304p. Dissertação. (Mestrado em Biblioteconomia).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: FASE/PIC, 1993. 53p.
- PIMENTEL, C. D. P. Formação profissional e as perspectivas do bibliotecário. *Rev. Esc. Bibliotecon. Doc.*, v.18, n.1/2, p.33-43, jun. 1985.
- PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O., BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.127-150.
- ROCHA, M. M. O. *Documentação e movimento popular: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular - Recife*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1990. 111p. Dissertação. (Mestrado em Biblioteconomia).
- SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993. 143p.
- SMIT, Johanna. Bibliotecário, in memoriam: um canto de morte em feitiço de psicodrama. *Palavra-Chave*, [s. l.], n.2, p.2-3, 1983.
- SOUZA, F. das Chagas de. *O ensino da biblioteconomia nova no Brasil: o marco da construção de um projeto de ensino superior*. Florianópolis: Ed. Preliminar, 1995. 120p.
- _____. Ensina-se corretamente o que se ensina a quem vai ser bibliotecário? *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v.1, n.1, p.49-54, 1996.
- SOUZA, Marta Alves de. Perfil profissional do bibliotecário no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. *Transinformação*, Campinas, v.8, n.1, p.158-166, jan./abr., 1996.
- TÁLAMO, M. de F. M. Cursos de graduação profissionalizantes: formação e mercado de trabalho. *Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, v.26, v.1/2, p.64-71, jan./jun., 1993.
- VIEIRA, A. da S. Mercado de informação: do tradicional ao inexplorado. *Rev. Bibliotecon. Brasília*, Brasília, v.11, n. 2, p.177-192, jul./dez. 1983.